

Anexo 1.

[Handwritten signature and scribbles]

Proposta de Trabalho.

Dado nesta altura ainda não estar na posse de todos elementos que dizem respeito ao modo de funcionamento da Confederação, se me é permitido não fazer grandes observações ao Trabalho a desenvolver na área que me foi acometida, venho por este meio sintetizar as minhas intenções de trabalho a desenvolver a curto prazo.

1- Estou a fazer consultas aos Bancos com que trabalhamos Montepio Geral e B. Espírito Santo no sentido de fazer uma aplicação financeira para melhor rentabilização de capital, (verba a discutir em reunião da direcção executiva).

2- Das funções que me foram confiadas Gabinete de Projectos Associativos, oportunamente ser-me-á indicado o monitor com o qual me reunirei, com o fim de criar uma comissão de trabalho, para posteriormente nomear um gestor de projecto.

3- Campismo, assim que definir com o Presidente da Direcção Executiva os objectivos a atingir, será pedida uma reunião com o Presidente da Federação de Campismo, Drº Fernando Cipriano.

4- É minha intenção assim que tenha elementos sobre como se deve proceder no sentido de criar as duas Federações, Castelo Branco e Guarda, contactar os respectivos Conselheiros, afim de criar comissão de trabalho com as associações dos respectivos concelhos, situação esta a decidir em reunião de Direcção data e a melhor altura para uma ida a Castelo Branco e á Guarda (isto se a Direcção assim o entender).

Fernão Ferro, 9 de Abril de 2007.
Carlos Ribeiro.

Anexo 2

~~ATA~~
Anexo 2

Apurada por
municidade. Enviar
a quem a p/ Est. Lutas,
Membros do Org. Souzai,
Órgãos de poder central, comunita-
rio local e os PORTAL.

SAUDAÇÃO

33º Aniversário do 25 de Abril de 1974

Em 25 de Abril de 1974, os Militares e o Povo saíram à rua e puseram fim a um regime que perseguiu, oprimiu, prendeu, assassinou e provocou o maior atraso civilizacional da nossa história moderna. Não podemos esquecer esses 48 negros anos, nem permitir que sejam branqueados.

Durante esse período, os associativistas de uma forma geral, opuseram-se a tal regime, promovendo nas suas colectividades iniciativas culturais, recreativas, desportivas e sociais de cariz democrático e progressista, entre elas a eleição dos seus órgãos sociais.

DESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

A sua experiência de Dirigentes Associativos, rapidamente foi aproveitada pelo regime democrático, tendo muitos deles assumido importantes cargos nos partidos políticos, nos sindicatos, nas comissões de moradores, nas autarquias, na Assembleia da República e mesmo ao nível governamental.

Após a conquista da democracia representativa, acreditou-se na democracia participativa. Abriam-se novas perspectivas de cooperação entre o Movimento Associativo Popular e os poderes políticos onde se destacou o Poder Local Democrático. O reconhecimento que o Povo já lhe tinha conferido à décadas, alargou-se às autarquias. Tal reconhecimento pelo poder central - ainda que de forma parcial - só foi conseguido em 2003 com a publicação da Lei 34/2003 de 22 de Agosto.

Nas três décadas que entretanto passaram, alimentou-se a ideia que o Estado (Governos) poderia olhar o nosso movimento de outra forma. Definir formas de diálogo onde pudéssemos ser ouvidos sobre as políticas para a cultura, o recreio e o desporto a nível nacional, mas também os apoios técnicos, financeiros e logísticos. Infelizmente, assim não aconteceu.

Passados 33 anos, os Dirigentes Associativos enfrentam novas e velhas dificuldades. A indefinição de responsabilidades e o jogo do empurra quanto aos apoios do poder central, a redução do fundo de financiamento das autarquias com graves consequências para o nosso movimento, o agravamento da natureza das relações de trabalho com a precariedade, o desemprego, a deslocalização, a incerteza e as dificuldades económicas e financeiras, tem-se reflectido, negativamente, na vida dos Dirigentes Associativos e das Colectividades.

Nesta oportunidade, é pertinente lembrar que, não haveria associativismo sem dirigentes. Não haveria democracia participativa sem associativismo. E, se não houvesse associativismo, a cultura, o recreio, o desporto e o social, ficariam mais pobres e a nossa democracia ameaçada. Nenhum poder, pode impedir ou condicionar a acção do Movimento Associativo Popular.

Por tudo isto, ao comemorarmos o 33º aniversário da Revolução de Abril, saudamos os Militares e o Povo de Abril, exortamos os Dirigentes Associativos e o Povo em geral a participar nas comemorações populares, e manifestamos o nosso empenho em continuar com determinação, a luta pelo reforço e organização do Movimento Associativo Popular como elemento fundamental do regime democrático.

Viva o Movimento Associativo Popular!
Viva o 25 de Abril!
Viva Portugal!

A Direcção

Anexo da Acta nº 18



Handwritten signature

Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

Plano de Actividades e Orçamento 2008



**“ Associativismo popular:
da tradição à inovação,
somos desenvolvimento qualificado”**

**Constância
15 de Dezembro de 2007**

Plano de Actividades e Orçamento 2008

I.	Introdução	3
	1.1. - Estratégia	3
	1.2. - Plano de transição 2007/08	3
	1.3. - Segundo ano de mandato	3
	1.4. - Objectivos adaptados aos apoios externos (nacionais e comunitários)	3
	1.5. - Condições internas de execução (recursos financeiros e humanos)	4
	1.6. - Aniversário da CPCCRD e Dia Nacional das Colectividades	4
	1.7. - As estruturas descentralizadas e as áreas temáticas	4
II.	Projectos Nacionais	6
	2.1. - 2001 Associações	6
	2.2. - Diploma de Competências Básicas (DCB)	6
	2.3. - Plano de Informatização das Colectividades (PIC)	7
	2.4. - Agita Portugal, pela sua saúde mexa-se!	7
	2.5. - Jogos Tradicionais	7
	2.6. - Formação e qualificação	9
	2.7. - Estruturação Associativa	9
	2.8. - Legislação	10
	2.9. - Gabinete de Projectos Associativos Apoiados	10
	2.10. - Rotas do Associativismo	10
	2.11. - Património Associativo Classificado	11
	2.12. - InterculturaCidade	11
	2.13. - Estatuto de Utilidade Pública Municipal	11
	2.14. - Associativismo na Informação Autárquica (Prémio Anual)	12
	2.15. - Digitalização	12
III.	84º Aniversário e Dia Nacional das Colectividades	13
	3.1. - Tema/Lema	13
	3.2. - Sessão Solene	13
	3.3. - Comemorações descentralizadas	13
	3.4. - Período das comemorações e acções públicas (divulgação)	14
	3.5. - Comemorações do 85º Aniversário em 2009	14
IV.	Organização e qualificação internas	15
	4.1. - Política de recursos humanos	15
	4.2. - Sustentabilidade Financeira	15
	4.3. - Comunicação e Imagem	16
	4.4. - Inquérito Associativo Nacional	16
	4.5. - Museu	17
	4.6. - Biblioteca	17
	4.7. - Centro de Documentação	17
	4.8. - Serviços internos - secretaria, contabilidade, consultoria	17
	4.9. - Representações	18
	4.10. - Instalações e Sede	18
V.	Relações externas	19
	5.1. - CNAP/PNAP	19
	5.2. - Universidades	19
	5.3. - Empresas	20
	5.4. - Governo	20
	5.5. - Câmaras Municipais	20
	5.6. - Juntas de Freguesia	20
	5.7. - Regiões de Turismo	20
	5.8. - Movimento de cidadãos	21

Handwritten signature

I. Introdução

1.1. - Estratégia

O presente Plano de Actividades, sustenta-se na estratégia definida pelo Programa de Acção - em três eixos - apresentado ao acto eleitoral de Março de 2007. Apesar disso, atentos à evolução de cada uma das frentes em que estamos envolvidos, propõe-se uma nova definição de conceitos para algumas áreas que passam a ser consideradas como Projectos Nacionais, uma vez que o objectivo é a sua disseminação e envolvimento de todas as estruturas associativas desde a Colectividade até à Confederação, passando pelas Associações Concelhias e Federações Distritais.

O ano 2008 será marcado por uma grande atenção e intervenção quanto aos instrumentos de gestão do Estado, nomeadamente o acompanhamento do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), nos termos previstos no nosso Programa de Acção.

1.2. - Plano de transição 2007/08

O Plano de Actividades 2007, ficará por cumprir em várias áreas sobretudo devido à fase de transição dos órgãos sociais e da inexperiência de alguns dos seus novos titulares, matéria que será devidamente justificada e esclarecida em sede de apresentação de Relatório e Contas em Março de 2008. Por outro lado, deve ter-se em conta que muitos dos projectos associativos que temos em mãos são plurianuais e, por isso, alguns dos projectos, áreas e frentes de trabalho, podem transitar para o ano 2008.

1.3. - Segundo ano de mandato

O primeiro ano de mandato (Abril/Dezembro) constituiu uma experiência completamente nova (a este nível) para alguns dos membros dos órgãos sociais. A vida pessoal de cada um, influencia a disponibilidade física e mental, o que não pode deixar de ser tido em conta. Após a tomada de posse em Abril, as comemorações que já estavam planeadas ocuparam praticamente os meses de Maio e Junho e o período de férias abrangeu de 15 de Julho a 15 de Setembro.

A distribuição de tarefas que à partida pareceu a mais indicada e aceite por cada um, passados 9 meses, suscita necessidade de ponderação e eventuais acertos.

O Plano de Actividades que aqui se apresenta, não será obra de um ou dois membros da Direcção. Não será (sequer) obra de toda a Direcção. Terá que ser obra de todos os membros dos Órgãos Sociais da Confederação.

1.4. - Objectivos adaptados aos apoios externos (nacionais e comunitários)

Como é conhecido, os objectivos associativos da nossa estrutura associativa dependem de factores que são externos e por isso a margem de erro ser bastante grande. Desde logo, é necessária uma tática de comunicação e relação com as instituições que não ponha em causa a estratégia mais geral, nem os valores e a independência do nosso movimento. Devemos admitir que é um exercício difícil.

Por um lado, devemos procurar recorrer a todos os meios de apoio financeiro, técnico e logístico possíveis, como direito constitucional e em contrapartida pelo serviço social que prestamos enquanto estrutura nacional do movimento.

Por outro lado, devemos procurar recensear e dinamizar projectos que contribuam para a resolução dos problemas do associativismo e das populações ao nível local. Estes são objectivos complementares e indissociáveis.

AM

1.5. - Condições internas de execução (recursos financeiros e humanos)

As condições internas para a execução dos nossos objectivos, dependem, essencialmente, de nós. Por um lado os recursos financeiros em equilíbrio no binómio receita/despesa, mas também numa perspectiva de médio e longo prazo. Por outras palavras, torna-se imperioso criar uma sustentabilidade financeira, através de uma apertada atenção do lado das despesas sem por em causa o funcionamento da estrutura, e conseguir um conjunto de receitas próprias e extraordinárias que se vão tornando regulares e progressivas.

Já no que respeita aos recursos humanos, devemos manter o quadro actual de funcionários efectivos, recorrendo a soluções de contratação apoiada com os custos mínimos obrigatórios ou cedência temporária sem custos por parte de instituições que, connosco, estabeleçam parcerias ou protocolos.

Um facto parece indiscutível: a exigência de tempo e de conhecimentos técnicos de alguns dos nossos projectos, não são exequíveis só com a vontade e determinação dos dirigentes associativos voluntários e benévolos que somos.

1.6. - Aniversário da CPCCRD e Dia Nacional das Colectividades

A experiência dos últimos anos, tem vindo a mostrar que a comemoração do Aniversário da Confederação e o Dia Nacional das Colectividades (31 de Maio), é um ponto alto na actividade associativa nacional. De tal forma, tem-se conseguido envolver elevado número de colectividades em centenas de actividades por todo o país.

A sessão solene na sede da CPCCRD, tem constituído um momento de grande dignidade e valorização da nossa Confederação e do nosso Movimento. Propomos manter este modelo, com os necessários acertos de programação, na qual devemos envolver e contar com a opinião de todos os órgãos sociais.

A comemoração centralizada, teve o mérito de projectar num determinado local e mesmo região, o que é o MAP. No balanço às comemorações de 2007 - consideradas muito positivas - apontou-se um novo caminho que resulta da experiência anterior e se considera um passo em frente. As comemorações do Dia Nacional das Colectividades, serão descentralizadas e apoiadas em iniciativas realizadas em conjunto com as estruturas descentralizadas. Pretende-se assim, atingir uma maior abrangência de locais e regiões e de número de participantes. Aos dirigentes nacionais, competirá a dinamização, organização e direcção das comemorações.

O período das comemorações, será entre 15 de Maio e 15 de Junho. Procurar-se-á dar a maior divulgação possível destas iniciativas. Sendo 2009 o ano do 85º aniversário, deverá ser constituída uma Comissão Organizadora das mesmas que comece a trabalhar ainda em 2008.

1.7. - As estruturas descentralizadas e as áreas temáticas

A estreita relação com as nossas estruturas descentralizadas, bem como a atenção a dispensar às áreas temáticas do nosso movimento, tais como as Filarmónicas, Ranchos, Teatro de Amadores, Jogos Tradicionais, Casas Regionais, Casas do Povo, Ateneus, Clubes Desportivos entre outros, devem constituir uma preocupação permanente de acompanhamento às suas actividades e problemas, na certeza de mantermos toda a disponibilidade para apoiar em tudo o que seja necessário e esteja ao nosso alcance.

Handwritten signature

Mais do que um imperativo estatutário – o que só por si já seria bastante – o Plano de Actividades aqui apresentado, deve constituir um compromisso de cada dirigente da Confederação, independentemente do cargo e órgão em que se insere. Não podemos nem devemos interferir nas competências dos outros órgãos mas, tal não pode significar abandono ou falta de solidariedade. A acção fiscalizadora deve intensificar-se, quer quanto às questões de ordem financeira e contabilística, mas também quanto ao cumprimento dos objectivos programáticos. Ninguém está dispensado de criticar, apoiar, actuar.



II. Projectos Nacionais

São considerados projectos nacionais, todos os projectos promovidos pela CPCCRD e que, pelas suas características, envolvam as estruturas descentralizadas e ou estejam disponíveis para todas as colectividades. Por princípio, cada projecto deverá ser auto sustentado, isto é, deve prever receitas capazes de suportar as despesas. Cada projecto deve ser disseminado através das estruturas descentralizadas, quer quanto à sua promoção e objectivos, quer quanto aos meios financeiros disponíveis de forma proporcional.

2.1. - 2001 Associações

Após o sucesso conseguido nas 1ª e 2ª fases, esperamos prosseguir a montagem de postos de Internet com fornecimento de 2 computadores, 1 impressora e 1 router, consumíveis e rede gratuitas, no 1º ano de instalação, de acordo com os compromissos assumidos pelo MCTES quando do início do projecto.

Está solicitado apoio ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para o prosseguimento do projecto estando disponíveis 420 candidaturas a ser suportadas com fundos comunitários (45%) e (55%) pelo O.E sendo que aqueles se encontram garantidos e estes aguardam decisão governamental. Caso esta seja desfavorável, há que estudar alternativas.

O objectivo principal, é garantir a sustentabilidade do projecto nos termos em o mesmo se processou até aqui, isto é, sem custos para as colectividades procurando garantir uma disseminação territorial até à cobertura total do território.

Para além do dirigente gestor, torna-se necessário contratar um técnico superior para supervisão financeira e operacional do projecto e ainda, no terreno, uma quantidade de monitores não inferior a um por 5 colectividades.

Ao Estado, compete cobrir os encargos com a aquisição dos computadores, impressoras, router, rede e consumíveis, obras para adaptação de instalações para montagem do posto na colectividade, vencimento do técnico superior e dos monitores e custas referentes a deslocações destes, do gestor no acompanhamento do projecto e ainda acções de divulgação e publicidade do mesmo.

2.2. - Diploma de Competências Básicas (DCB)

Este projecto consiste em obter para a Confederação o DCB que lhe permita validar as acções de formação que venha a promover. A base de trabalho, devem ser as colectividades com Postos Públicos Associativos, como complemento do Projecto 2001-Associações.

Contactado o Ministro da Presidência, este delegou no Secretário de Estado da Juventude e Desportos a promoção das diligências governamentais necessárias a dotar a CPCCRD com o referido diploma, facto de que se aguardam resultados e para esse efeito foi pedido audiência.

Para levar a cabo este projecto, deve ter-se em conta a rede de monitores que colaborou com a 2ª fase do projecto 2001-Associações.

Os objectivos que nos propomos atingir são: 250 cursos/colectividades a 10 formandos cada (2550 indivíduos abrangidos).

2.3. - Plano de Informatização das Colectividades (PIC)

O PIC consiste na possibilidade das Colectividades se dotarem de equipamentos informáticos ou melhorarem os que já possuem a preços significativamente mais baixos (50% preço venda ao público) com recurso ao patrocínio de entidades públicas e através de parcerias com as empresas especializadas na área da informativa, instituições financeiras e apoios do Estado.

Propomos a continuação de contactos com empresas da área da informática e com as colectividades com vista a obtenção de dados sobre um universo de potenciais interessados, bem como programas comunitários em que possam ser elegíveis este tipo de projectos e instituição financeira patrocinadora.

Com a informatização das Colectividades propomos melhorar o seu funcionamento interno, libertando os dirigentes de trabalho rotineiro e permitindo-lhes o envolvimento maior em projectos que agreguem os associados e prestigiem as Colectividades no seio das comunidades em que se encontram inseridas.

Este, como os restantes projectos no âmbito das novas tecnologias, terá pessoal afecto, admitindo-se à posteriori a necessidade de contratação de um técnico de informática que possa apoiar a decisão sobre os equipamentos mais apropriados às soluções informáticas pretendidas.

Este projecto terá em conta não só os equipamentos em termos de Hardware mas também o Software, particularmente, aquele que se destina à gestão de associados e de contabilidade.

2.4. - Agita Portugal, pela sua saúde mexa-se!

Como é sabido, este projecto é apoiado financeiramente pelo IDP (Instituto do Desporto de Portugal) e logisticamente pela Fundação Portuguesa de Cardiologia. Considerando que o objectivo deste projecto é a educação para a saúde através de uma consciencialização da importância da actividade física regular e controlada, propomos dar continuidade ao processo de consolidação das Secções de Marcha para a Saúde existentes e alargar de forma a abranger todos os distritos, regiões autónomas e o maior número de concelhos.

Acreditamos que a fase de divulgação junto dos dirigentes associativos é uma batalha ganha. Impõe-se alargar a divulgação às grandes massas o que implica meios financeiros e técnicos que só são atingíveis com o apoio de marcas comerciais, pelo que procuraremos estabelecer parcerias com empresas que de alguma forma tenham afinidade com os objectivos da campanha Agita.

Outro grande objectivo é o funcionamento regular do Fórum Agita com toda a vantagem de uma monitorização qualificada e balanceadora de novos apoios para o projecto.

Num quadro mais geral das necessidades da CPCCRD nas áreas saúde/desporto/recreio, torna-se indispensável admitir um técnico especializado nestas áreas, bem como apoios financeiros que o suportem.

2.5. - Jogos Tradicionais

Podemos afirmar que este é um projecto de "Desporto para todos" com um enorme respeito pelas tradições culturais e históricas e que constitui parte fundamental da nossa identidade como povo.

Este projecto visa o desenvolvimento e a afirmação do Associativismo Popular Português que passa por projectar em todo o País as acções necessárias, através da nossa Confederação, das suas estruturas descentralizadas, das colectividades e associações, bem como de outras expressões e organizações associativas.

O desenvolvimento deste projecto, deve passar pelo envolvimento das populações e respectivas comunidades locais, através das nossas Colectividades e Associações, da comunidade escolar, através das Associações de Pais e dos Professores, dos idosos, através dos Centros de dia, das mulheres e dos jovens, bem com de outras Entidades e Instituições.

Devem servir, para promover os valores da amizade, da solidariedade, do convívio, da educação, da formação, da família, da nossa história e tradições, bem como a inclusão social. Este projecto, deve ser uma "grande festa" do Associativismo Popular Português, para todos quantos queiram contribuir, participar e aderir a esta iniciativa.

De acordo com estes princípios e orientações, deve ser elaborado um plano de trabalho, para a respectiva implementação, que deve passar por três fases distintas:

- Até ao final de 2007 - Organização, promoção e divulgação do projecto, junto do mundo Associativo, das Instituições e das Entidades Oficiais competentes.

- Durante o ano de 2008 - para além da continuação da sua divulgação, devem ser realizadas diversas acções, para discussão e aprovação do quadro futuro, nomeadamente, o seu enquadramento, modelo e estrutura organizativa.

- No ano de 2008 - devem ser implementados o modelo e a estrutura aprovados.

No quadro do desenvolvimento deste projecto e devem ser realizadas as seguintes acções a concretizar durante o ano de 2008: estudo da imagem, do lema, do logótipo e registo da marca; recenseamento dos jogos existentes em todo o País; recolha dos calendários competitivos; recolha de documentos e bibliografia; concretização do espaço dos Jogos Tradicionais no Portal da Confederação; estudo para a implementação de um observatório; realização de um fórum, congresso ou convenção, para discutir e aprovar o modelo e estrutura, bem como diversas demonstrações de jogos, e de outras actividades desportivas e culturais, a nível nacional.

Esta iniciativa deverá realizar-se no Concelho de Vila Nova de Gaia, tendo em conta o trabalho realizado pela Associação das Colectividades de Vila Nova de Gaia, não só nesta área como em outras, que têm contribuído para a afirmação dos valores do Associativismo Popular Português.

Para a concretização deste projecto, são necessários alguns meios humanos, que devem ser encontrados no quadro do Grupo de Trabalho constituído, bem como a possibilidade de contratar alguém a tempo inteiro, para o trabalho neste projecto, através do Centro de Emprego, ou estagiários.

Para o desenvolvimento do projecto, para além da Sede da Confederação, devemos ter um local para organização e funcionamento do Grupo de Trabalho no Porto.

Na fase actual, os meios financeiros necessários, para o desenvolvimento deste projecto, não são muitos avultados, tendo em conta o trabalho a desenvolver em 2008. No entanto com a implementação do evento em 2009, serão necessários mais meios financeiros.

Nesta fase de lançamento do Projecto, que está a ser preparado pelo respectivo Grupo de Trabalho, aprovado pelo Conselho Nacional, deve ser realizado em Janeiro, um encontro de estruturas e dirigentes, para a constituição da estrutura operacional: Comissão Organizadora Nacional e Comissão Executiva. Ainda em 2008, perspectiva-se a realização de uma Convenção Nacional e uma Mostra de Jogos Tradicionais.



2.6. - Formação e qualificação

A parceria em que nos encontramos envolvidos está a apresentar a organizações e entidades, nomeadamente do Poder Central a proposta do Programa Q3 - qualificar o terceiro Sector, de âmbito nacional e a enquadrar no próximo Quadro de Referência de Estratégica Nacional (QREN), para o período de 2007 a 2013.

Sendo a formação e qualificação de organizações e quadros do MAP o desígnio estratégico da Confederação já que dirigentes e Colectividades mais apetrechadas cumprem melhor o seu trabalho benévolo em prol dos associados e das comunidades em que se encontram inseridas, procuraremos relançar esta área de forma a abranger um largo conjunto de áreas formativas e de qualificação de procedimentos associativos, dando resposta a velhos e novos problemas.

Em concreto, propomos continuar a promover esforços quer para realizar Cursos de Formação Homologados para dirigentes/activistas associativos no âmbito do FSE/IBER ou por via de parcerias entre a CPCCRD e outras entidades, nomeadamente as autarquias, para qualificação de organizações, seus dirigentes e colaboradores.

Como objectivo, pretendemos realizar 5 Cursos de Formação, abrangendo cerca de 100 Dirigentes e activistas associativos.

2.7. - Estruturação Associativa

O primeiro objectivo deste projecto continua a ser a filiação de colectividades como factor essencial para a estruturação. Em cada nova filiada, pode estar a possibilidade de uma nova estrutura e de novos dirigentes como factor de renovação e rejuvenescimento da nossa Confederação e do nosso movimento.

O nosso movimento tem vindo a dar passos na sua estruturação, embora ainda se verifiquem atrasos na constituição de federações distritais e associações concelhias. Temos que vencer este atraso histórico e estrutural. As decisões do CN face às estruturas deve ser considerada uma mais valia para dinamizar a constituição e funcionamento regular das estruturas descentralizadas.

Assim, tudo faremos para ajudar a normalizar o funcionamento das Federações Distritais de Viana do Castelo, Braga e Santarém.

Tudo faremos para que durante o ano de 2008 se venham a constituir de forma definitiva com processo eleitoral realizado (já existem Comissões Instaladoras) as Federações Distritais de Beja, Évora e Castelo Branco. Trabalharemos para constituir Comissões Instaladoras das Federações Distritais de Aveiro, Coimbra, Guarda, Leiria e Portalegre.

No distrito do Porto, em cooperação com as estruturas descentralizadas já existentes, empenhar-nos-emos para a constituição de associações concelhias em Valongo e Maia (grande Porto); Vila do Conde e Trofa (Vale do Ave); Lousada e Felgueiras, (Vale do Sousa); Amarante e Baião (Vale do Tâmega).

De uma forma geral, onde não seja possível a constituição de Federações Distritais ou Associações Concelhias, procuraremos constituir a rede de Colectividades "ELO" que ligue as colectividades desses Concelhos ou Distritos à Confederação.

Mantém-se o compromisso de acompanhamento e apoio para as questões técnicas e estatutárias, assim como assegurar o pagamento das despesas de legalização das estruturas distritais.

A experiência tem mostrado a importância da estruturação do movimento associativo popular, tendo em vista o reconhecimento aos vários níveis a sua importância para a sociedade, a análise e organização do Movimento Associativo aos vários níveis, Confederação, Federações, Associações e Colectividades.

2.8. – Legislação

Considerando que o Governo - passados 4 anos da publicação da Lei 34/2003 de 22 de Agosto - não a define e a Assembleia da República não avança com nenhuma das propostas que entregámos há dois anos no sentido de ir ao encontro das nossas legítimas expectativas e necessidades, torna-se necessário repensar a estratégia de intervenção nesta área e ser mais activos e incisivos.

Propomos a criação de um Grupo de Trabalho para esta área que possa acompanhar e aconselhar a Direcção na legislação necessária para o desenvolvimento e apoio à nossa actividade. Passaremos da apresentação de propostas meramente indicativas para propostas dirigidas e objectivas. Estas propostas abarcarão as três áreas estratégicas da primeira proposta.

Reforçaremos a iniciativa junto do Governo, para que seja definida a Lei 34/2003 de 22 de Agosto (Reconhecimento e Valorização do Movimento Associativo Popular). Reivindicaremos o nosso direito de participação no Conselho Económico e Social. Lutaremos por esse direito por todas as formas, incluindo o recurso para a Presidência da República.

No âmbito da legislação aprovada que institui o Conselho Nacional do Desporto, reivindicaremos a nossa participação no âmbito da lei e da composição estabelecida.

2.9. - Gabinete de Projectos Associativos Apoiados

O contributo social, cultural, recreativo e desportivo prestado pela MAP pode ser contabilizado economicamente e, ao fazê-lo, sabemos que estamos a falar de muitos milhões de euros.

O retorno de parte dessas verbas, podendo ser feito através de Autarquias, CCDRs, Governos Cívicos ou mesmo Governo Central e UE, não é uma dádiva mas sim um direito que nos assiste. Aliás, cremos mesmo que os subsídios ou os contratos programa estabelecidos com o MAP, são uma forma de gastar bem os dinheiros públicos e de o fazer com transparência e honestidade.

Com o novo instrumento de fundos comunitários – QREN, estamos em crer que poderão ser vários os fundos a que nos podemos candidatar, bem como aconselhar as colectividades e estruturas descentralizadas.

Tendo em conta a especialização exigida para fazer a leitura correcta e atempada das disponibilidades e dos processos de candidatura, torna-se necessário constituir um gabinete especializado com pessoal competente. No cumprimento de uma decisão inscrita no Plano de Acção, será constituído o GAPA, Gabinete de Apoio a Projectos Associativos.

2.10. - Rotas do Associativismo

Dando seguimento ao conjunto de contactos iniciados com as Regiões de Turismo, procuraremos que estas vejam neste projecto uma mais valia para a actividade turística como meio de desenvolvimento económico, cultural e social. É objectivo do projecto, que as colectividades seleccionadas possam constituir um atractivo para nacionais e estrangeiros, contribuindo para a divulgação das nossas raízes e tradições culturais.

O projecto “Rotas do Associativismo” vai, naturalmente, ser influenciado pelas políticas de organização das Regiões de Turismo que se encontram em discussão. Pensamos que o que serviria melhor os objectivos do nosso projecto, é o actual modelo que respeita a vontade histórica dos municípios, assenta na especificidade



e diversidade das 22 regiões de turismo e não o modelo centralista e descontextualizado de apenas 5 regiões.

2.11. - Património Associativo Classificado

Este projecto tem como finalidade promover e valorizar o nosso património associativo quer na vertente material, quer na vertente imaterial. Todos sabemos que, mais nuns casos que noutros, existem, entre nós, colectividades com instalações próprias, com modalidades que estando na sua origem se mantêm há dezenas de anos, com dirigentes que reúnem a sua experiência à juventude e força dos jovens, que contribuem para que as populações tenham uma melhor qualidade de vida física e mental, sendo indispensáveis para o desenvolvimento comunitário equilibrado e sustentado. Essa forma de ser e estar no associativismo, deve ser destacada e valorizada de forma a estimular outras e seguir os bons exemplos e as boas práticas.

A Declaração de Património Associativo Classificado será atribuída pela Direcção, sob proposta de uma Comissão Independente onde terão lugar os presidentes dos Órgãos Sociais e outras personalidades convidadas.

O número de colectividades declaradas "Património Associativo Classificado" será limitado de acordo com um regulamento a ser aprovado pelo CN. Das decisões será dada ampla divulgação de forma a promover o associativismo popular.

2.12. - InterculturaCidade

A nossa Confederação, em parceria com a Confederação das Pequenas e Médias Empresas, Associação Etnia – Cultura e Desenvolvimento, União dos Sindicatos de Lisboa e Junta de Freguesia de Santa Catarina/Lisboa, no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL, tem vindo a desenvolver o projecto InterculturaCidade.

Temos estado a preparar a disseminação deste projecto que visa, agirmos para a promoção da igualdade e diversidade cultural (Multiculturalidade e Interculturalidade) e assim agirmos no combate a todas as formas de discriminação, racismo ou xenofobia, contribuindo igualmente para o factor de inclusão social.

Os principais objectivos do projecto são:

- Promover a inserção das populações migrantes;
- Responder às necessidades sociais e de integração da Comunidade;
- Incrementar as sociabilidades locais e de proximidade na óptica da

Interculturalidade.

A duração do projecto será todo o ano de 2008 e para o seu êxito é determinante o envolvimento do movimento associativo, nomeadamente as colectividades de Serpa, Santarém, Cascais, Alcácer do Sal, Marinha Grande, Castelo Branco, Braga e Albufeira, estando previsto um seminário nacional de balanço final em Lisboa.

O Projecto é financiado pelo EQUAL e conta com a participação de uma técnica superior (Socióloga) em regime de prestação de serviço. Existirá apoio financeiro para as parcerias locais que se venham a desenvolver.

2.13. - Estatuto de Parceria Pública Municipal

O papel social do MAP e a sua importância, há muito que deixaram de estar em causa ou, tão pouco, em discussão. Contudo, as formas dos poderes públicos apoiarem este movimento são muito diversas e em muitos casos quase nulas. Razões de ordem objectiva, tais como a fraca iniciativa das colectividades, mas também razões de ordem subjectiva tais como as "clubísticas", "político

partidárias” ou de ordem pessoal, estão na origem de desequilíbrios e de injustiças que importa combater.

Por outro lado, existem colectividades que, apesar da sua importância social, nunca terão direito ao Estatuto de Utilidade Pública atribuído pelo Governo, desde logo porque o processo é lento, burocrático, selectivo e desmobilizador. No fundo, o que propomos neste projecto, é tão só encontrar o termo certo ou o padrão de colaboração entre a colectividade e a autarquia através do reconhecimento e atribuição de um estatuto especial que se projecta na colectividade e nos seus dirigentes.

Bastará pensarmos que ao longo do país existem largas dezenas de bons exemplos de apoio e parceria Colectividade/Autarquia, muitas delas regulamentadas, o que permite reunir num só documento (EUPM) toda a forma de apoios e colaboração em prol das colectividades e das populações.

2.14. - Associativismo na Informação Autárquica (Prémio Anual)

Esta iniciativa, decidida há três anos, tendo atribuído Prémios nos últimos dois anos, tem merecido reflexão por parte da Direcção uma vez que o seu objectivo é o de promover o interesse e a regularidade da informação - com origem nas autarquias - sobre as actividades associativas.

O modelo bem como o regulamento vão manter-se, mas a divulgação e a “promoção” a projecto nacional, esperamos que lhe venha a dar uma maior visibilidade e, consequentemente, uma maior participação nas candidaturas.

Neste, como em todos os restantes projectos, a participação das estruturas é fundamental.

2.15. - Digitalização

Aproveitando os projectos disponíveis no QREN – C3 – Qualificação do 3º Sector, e com o objectivo de contribuir para a melhoria do desempenho do movimento associativo popular, candidatámo-nos com outros parceiros que trabalharão igualmente nas suas áreas, para a qualificação dos dirigentes e colaboradores em soluções digitais de forma a modernizar a gestão do movimento associativo.

Sendo um projecto-piloto a arrancar fundamentalmente na Confederação, admite-se que possa vir a alargar-se às colectividades e estruturas descentralizadas.

As actividades em que vamos estar directamente envolvidos com outros parceiros, serão a Gestão do Projecto e da Parceria, Coordenação das Actividades, Formação de Consultores e de Facilitadores, Comunicação e Divulgação, Acompanhamento e Avaliação.

Este projecto é financiado pelo QREN e contará com pessoal adstrito e especializado.



III. 84º Aniversário da CPCCRD e Dia Nacional das Colectividades

Constituindo um dos momentos mais relevantes da actividade associativa nacional, as comemorações do aniversário da Confederação e do Dia Nacional das Colectividades, devem merecer uma particular atenção a todos os associativistas e em particular aos dirigentes. Atendendo ao aumento do papel das estruturas descentralizadas aprovado na reunião do CN de Junho passado em Fátima, estas devem envolver-se de forma determinante. Trata-se de um momento de valorização e afirmação públicas da nossa realidade. A escolha do tema central não pode ser obra do acaso. Por isso, propomos que o tema do ano 2008 vá ao encontro da necessidade histórica de conhecermos de forma científica, fundamentada, consistente e profunda o nosso movimento para uma maior exigência juntos dos poderes constituídos.

Para isso, contribuirá de forma decisiva o nosso conhecimento e experiência empírica mas também o estudo com base nos dados do Inquérito Associativo Nacional.

3.1. - Tema/Lema

O tema será: O Associativismo Popular de cultura, recreio e desporto como factor de desenvolvimento económico e social.

O lema será: Associativismo Popular: da tradição à inovação, somos desenvolvimento qualificado!

3.2. - Sessão Solene

A Sessão Solene decorrerá nas instalações da sede da Confederação, no próprio dia 31 de Maio, composta por recepção aos convidados, momento de reflexão associativa e intervenções.

Tendo em conta o tema, propomos que a sessão possa reflectir o mesmo através de intervenções especializadas e com perspectiva de futuro. O estudo que está em curso sobre a realidade associativa nacional, poderá ser um excelente contributo para os objectivos deste momento alto do associativismo popular.

De acordo com o Regulamento de Galardões, a Direcção poderá destacar figuras do MAP ou que connosco tenham colaborado e que mereçam distinção. Em todo o processo, serão ouvidos os presidentes dos restantes órgãos sociais.

3.3. - Comemorações descentralizadas

O novo modelo de comemorações descentralizadas pretende envolver um maior número de dirigentes e activistas associativos, atingir um maior número de participantes ao nível de praticantes das nossas actividades associativas e público em geral.

As iniciativas devem ser as mais variadas possíveis e contar com as colectividades ao nível local/regional, organizadas, dinamizadas e dirigidas pelas estruturas descentralizadas.

O ponto comum que se propõe para as comemorações descentralizadas é o que consta do tema. Cada estrutura descentralizada pode e deve encontrar as melhores formas de abordar o tema, reflectir e encaminhar as conclusões para a Confederação. Através dos membros da Direcção e dos restantes órgãos sociais, procuraremos assegurar a presença no maior número de iniciativas possível.

3.4. - Período das comemorações e acções públicas (divulgação)

As comemorações decorrerão entre os dias 15 de Maio e 15 de Junho, tendo o seu "epicentro" no dia 31 de Maio com a Sessão Solene.

Será editado material próprio de divulgação do 84º Aniversário da CPCCRD e do Dia Nacional das Colectividades. Para além deste meio, devem encontrar-se outras formas de divulgação, nomeadamente através da comunicação social local e regional.

3.5. – Comemorações do 85º Aniversário em 2009

Pela importância da passagem do 85º aniversário da Confederação, propomos que no seguimento das comemorações do 84º aniversário, seja constituída, ainda em 2008, uma Comissão Organizadora junto da Direcção, para as comemorações do 85º aniversário em 2009.



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO



IV. Organização e qualificação internas

O processo de organização e qualificação internas, passa sobretudo por dar uma atenção permanente às necessidades da Confederação, cruzadas com as necessidades de recursos financeiros e humanos disponíveis. A quantidade e qualidade dos recursos disponíveis, serão uma preocupação permanente da Direcção, pelo que deverão fazer-se acertos nas competências e tarefas das funcionárias e promover a sua formação e qualificação. Deveremos elaborar um diagnóstico de problemas com a sua participação e encontrar em conjunto as melhores soluções para os ultrapassar. As tarefas a que nos propomos, obrigam ao alargamento do quadro de funcionários de natureza sazonal. Estes funcionários só serão admitidos na condição de prestação de serviço e com encargos controlados. Aspectos como a sustentabilidade financeira, a comunicação e imagem, organização do espólio material e imaterial, devem ser áreas em que, necessariamente, teremos de investir alguns recursos financeiros e humanos. Sem que o objectivo seja "virarmo-nos para dentro" neste capítulo, procuraremos dar uma maior atenção e valorização às questões internas do nosso movimento e da nossa Confederação.

4.1. - Política de recursos humanos

No que respeita ao pessoal efectivo, (3 funcionárias), promoveremos a formação das mesmas, procuraremos aperfeiçoar a definição das áreas de competência e de responsabilidade para que se sintam motivadas e reconhecidas pelo seu trabalho. Manteremos a relação de prestação de serviço com o Advogado e a Empregada de Limpeza.

Tal como se encontra plasmado na introdução a este PAO, a política de recursos humanos é fundamental para a execução deste Plano. Algumas das tarefas e dos objectivos aqui propostos não serão atingidos sem um reforço de meios humanos. Contudo, não estamos em condições para contratações com carácter definitivo, pelo que iremos recorrer a técnicos através de contratos apoiados nas seguintes áreas/projectos:

- 1 Técnico - Comunicação, informação e imagem;
- 1 Técnico - Agita Portugal pela sua saúde mexa-se!, Jogos Tradicionais, Estatuto de Utilidade Pública Desportiva e Conselho Nacional do Desporto;
- 1 Técnico - 2001 Associações, DCB e PIC;
- 1 Técnico - Interculturidade;
- 1 Técnico - Museu;
- 1 Técnico - Biblioteca;
- 1 Técnico - Centro de documentação;

4.2. - Sustentabilidade Financeira

A sustentabilidade financeira constitui uma das grandes linhas inscritas no Plano de Acção, apontando a criação do PLASUF (Plano de Sustentabilidade Financeira). Procurando cumprir com esse compromisso, para o ano de 2008 apontamos como principais linhas de trabalho: reforço das receitas ordinárias tais como a quotização associativa para que o recebimento seja facilitado e regular, quer através de meios de pagamento directo, quer pela via de pagamento através das estruturas descentralizadas. Para tal, lançaremos uma campanha de regularização de quotas em atraso e tornaremos público no nosso Portal as colectividades que cumpriram com esse dever estatutário.

Considerando o dever regimental das estruturas do recebimento regular das quotizações por serem quem está mais próximo das colectividades, exigiremos às federações distritais e associações concelhias que prestem contas das quotas recebidas através de acerto de contas trimestral. Daremos continuidade à campanha de recolha de quotas através das Colectividades ELO, com a contrapartida de 30% das quotas recebidas. O grande objectivo desta campanha é o de nivelar a receita corrente (quotas) com a despesa corrente (pessoal efectivo). Promoveremos os contactos necessários para o estabelecimento de acordos de publicidade com empresas e marcas a divulgar no Portal, ELO Associativo e papel timbrado. O objectivo desta campanha é o de cobrir as despesas destes materiais com as receitas de publicidade.

Cada projecto ou área de trabalho - mesmo interno - deve ter sempre uma proposta de financiamento e de financiador. Por outras palavras, deve ser auto sustentado.

A tabela de remuneração de despesas de limpeza e conservação das instalações, para cedência a terceiros, deve ser actualizada e ter em conta os meios técnicos e áudio visuais a disponibilizar.

A campanha de Protocolos com as Câmaras Municipais, poderá ser um importante contributo para a sustentabilidade financeira da Confederação, pelo que daremos especial atenção às respostas às 305 cartas já enviadas. O objectivo desta campanha é o de obtermos entre 10 a 15%, ou seja, 30 a 45 protocolos assinados.

Será feito um esforço adicional para receber verbas de que somos credores. Todo o dinheiro disponível a curto prazo (15 dias) deve ser depositado na conta "Reserva Associativa" já constituída.

Todas as despesas devem ser visadas pelos tesoureiros, analisadas e tomadas medidas para eliminar eventuais desperdícios.

É previsível o aumento de custos com pessoal em função das actualizações anuais, mas também porque será admitido pessoal com contratos apoiados que carecem de subsídios de deslocação, alimentação e seguro de acidentes de trabalho. Esta despesa será controlada mensalmente.

4.3. - Comunicação e Imagem

Sendo esta uma área determinante para a visibilidade da nossa Confederação e do nosso movimento, tal como já está expresso na área dos recursos humanos, será seleccionado e contratado um técnico de comunicação social para esta área. Para além de assegurar a produção do ELO Associativo em formato papel e digital, as notas à comunicação social, esta área deverá assegurar igualmente a presença em exposições com stand.

A comunicação pela via digital, designadamente o Portal, devem merecer especial atenção, bem como a conexão com todo o movimento através de links e a troca de informações com as associações em Portugal e no estrangeiro. Esta área deve ser uma janela aberta a todas as colectividades, estruturas descentralizadas e às suas actividades.

4.4. - Inquérito Associativo Nacional

O Inquérito Associativo Nacional que está a decorrer, traduz-se numa excelente oportunidade de conhecermos o nosso movimento para além do empírico e do senso comum. Um estudo com esta dimensão, deve apontar indicadores quantitativos e qualitativos que nos devem dar a possibilidade de afirmar de forma mais rigorosa e científica alguns dos valores que temos vindo a defender e reivindicar.

As metas a que nos propusemos foram.

31 de Outubro de 2007 - Recolha de Inquéritos e sua validação;

31 de Março de 2008 - Tratamento quantitativo dos dados recolhidos;

31 de Maio de 2008 - Apresentação do Relatório Preliminar;

30 de Setembro de 2008 – Apresentação do Relatório Final,

Considerando o valor da amostra e a importância deste estudo, procuraremos fontes de financiamento para a sua publicação, se possível, ainda em 2008.

4.5. - Museu

O elevado número de objectos que constituem o espólio da Confederação e que podem e devem ser objecto de musealização, tende a crescer o que coloca a necessidade premente de organizar, classificar e expor condignamente tão valioso património. Este será um trabalho árduo e que exige grande perícia.

No ano 2008, daremos continuação ao projecto de constituição do Museu através da contratação de pessoal especializado, com recurso a contratos apoiados. Tudo faremos para que na Sessão Solene se possam observar muitas das peças que constituem o espólio associativo português.

4.6. - Biblioteca

As larguíssimas centenas ou mesmo milhares de exemplares que constituem a nossa biblioteca, terão no ano 2008 a atenção merecida uma vez que vamos ter um espaço próprio e as pessoas indicadas para a tarefa de organização da mesma.

Sendo a Confederação “fiel depositária” de importantes obras, riquíssimos exemplares por serem raros ou mesmo únicos, não podemos manter por mais tempo tanta riqueza encaixotada. Dado já existirem os meios e suportes necessários, teremos agora que passar à prática o sonho de gerações de dirigentes.

4.7. - Centro de Documentação

Provavelmente, a Confederação, é a maior senão a única, instituição que centraliza a maior base de dados do movimento associativo português. Constituído por processos individuais de cada filiada, organizado e catalogado ao longo de 84 anos, cada pasta contém o mais importante da história de cada colectividade que, no seu conjunto, constitui a maior mostra documental associativa.

Pela importância mas também pela complexidade de tão gigantesca tarefa, a mesma não pode ser confiada ao acaso nem a estranhos pelo que está a ser criada uma equipa responsável e profissionalizada para tratar desta área. A candidatura a fundos comunitários na área da digitalização, pode vir a dar um contributo decisivo a esta tarefa.

4.8. - Serviços internos – secretaria, contabilidade, consultoria

Os serviços internos, constituídos por secretaria, contabilidade e consultoria, continuam a ser uma peça fundamental na vida confederativa. O atendimento telefónico, o apoio aos associados, apoio às estruturas, apoio aos dirigentes, recebimento e envio de milhares de documentos, contactos com todo o tipo de estruturas e entidades, são determinantes para a eficácia associativa e para a satisfação de todos os que precisam ou colaboram com a nossa Confederação.

O serviço de consultoria, nomeadamente na área jurídica, continua a ser indispensável às nossas colectividades mas também no apoio técnico aos órgãos sociais da Confederação.

O serviço de limpeza, é fundamental para manter as condições de trabalho das funcionárias e a acção associativa dos dirigentes e dos utentes das instalações. No ano de 2008, procuraremos melhorar estes serviços de forma a aproximar-nos da excelência. Para tal, investiremos em equipamentos e meios que promovam o aumento da produtividade com menos esforço do pessoal.

4.9. - Representações

As representações constituem um importante meio de contacto entre a Confederação, as estruturas descentralizadas e as colectividades, sendo ainda ponto de encontro com entidades e instituições. O elevado número de solicitações que nos chegam em forma de convite, só serão respondidos afirmativamente se todos os dirigentes nacionais e das estruturas se disponibilizarem para tal.

Para além das representações em colectividades filiadas, a Confederação é muito solicitada para eventos como colóquios, debates, conferências, encontros, tendo sempre a preocupação de se fazer representar de acordo com as temáticas e o nível de exigência de cada convite.

Temos testemunhado a importância da nossa presença e o estímulo que constitui a nossa intervenção, dando força a muitos dirigentes, pelo que é absolutamente importante continuarmos a dedicar uma grande atenção a esta frente.

4.10. - Instalações da Sede

As instalações da Confederação em Lisboa encontram-se situadas numa zona da cidade com grande movimento e, de alguma forma, problemática. No sentido de defender as instalações e os bens associativos foram tomadas medidas de reforço da segurança, devendo no próximo ano, serem dados novos passos no sentido de melhorar as condições de distribuição interna dos espaços de forma a possibilitar a instalação da Biblioteca, do Museu e do Centro de Documentação.

Para que tal aconteça, é indispensável que a Câmara Municipal de Lisboa - proprietária do edifício - assuma a responsabilidade de esclarecer a ocupação indevida da sala contigua ao Salão por parte do inquilino que ocupa a garagem, devolvendo-a à Confederação. Logo que esta situação se encontre resolvida, arrancaremos com as obras que nos permitirão instalar parte do nosso espólio museológico, dando uma imagem mais concreta do que é o MAP, bem como mostrar e demonstrar, os vários galardões recebidos ao longo de oito décadas que mostram a história e a força deste movimento.

Relativamente às instalações em geral, promoveremos a sua manutenção e procuraremos dar uma maior vivacidade, através de exposições temáticas e temporárias aproveitando as condições naturais da entrada, instalando para o efeito os meios necessários para um Espaço Galeria.

[Handwritten signature]

V. Relações externas

Num mundo cada vez mais globalizado – ainda que dentro do espaço nacional – as relações externas da Confederação devem continuar a diversificar-se. O objectivo de constituir a Plataforma Nacional do Associativismo Português, iniciada em Oliveira de Azeméis com a Campanha “Associativismo somos todos nós”, deve prosseguir, criando espaço de encontro e troca de experiências entre estruturas associativas. Depois de reunirmos os nossos “parentes associativos mais próximos” em 2007, temos por objectivo, reunirmos estes e outros parentes associativos, em 2008, tal como estabelece o nosso Programa de Acção. As parcerias com as mais variadas instituições, bem como as relações e propostas concretas de protocolo com universidades, autarquias e Governo, devem estar na primeira linha das nossas relações externas.

5.1. – CNAP/PNAP

Considerando o atraso da Assembleia da República em discutir e aprovar as nossas propostas de legislação para o MAP onde, entre outras, se encontra a proposta de constituição do CNAP – Conselho Nacional do Associativismo Português, a Confederação decidiu constituir uma estrutura informal, por sua própria iniciativa, tendo iniciado o processo de constituição daquela que poderá vir a ser a PNAP - Plataforma Nacional do Associativismo Popular no passado dia 3 de Junho em Oliveira de Azeméis, onde têm assento federações e confederações da nossa “família associativa mais chegada”.

No seguimento das recomendações dali saídas, reunimos em Outubro um conjunto de Federações e Confederações com o objectivo de analisar o OE – Orçamento de Estado 2008 e definir iniciativas futuras, tendo ficado a nossa Confederação de agendar para Janeiro uma nova reunião para apreciar o desenvolvimento do QREN e as candidaturas do nosso movimento àquele instrumento comunitário.

Neste quadro de relação alargada, informal e de troca de experiências e potenciação de tomadas de posição conjunta sempre que se justifique e haja vontade comum, continuaremos a promover este tipo de encontros ao longo do ano e da forma que for a mais indicada.

Dando cumprimento ao estabelecido no Programa de Acção, no segundo semestre, promoveremos um Encontro Nacional de Estruturas Associativas (Federações e Confederações) ao nível de dirigentes (Cimeira), onde apresentaremos o CNAP e o PNAP, um plano de monitorização do MAP, um balanço ao processo legislativo e o balanço ao desempenho do QREN/08.

5.2. - Universidades

Dando corpo à parceria assinada com a Universidade Lusófona sobre o “Observatório do Associativismo Português”, procuraremos dar um novo impulso a este projecto conjunto, partindo do estudo que está a ser feito (Inquérito Associativo Nacional) com a colaboração da Cidater/Lusófona.

Manteremos a disponibilidade de ser entidade de estágios curriculares para estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa nas licenciaturas de “Artes do Espectáculo” e “Comunicação e Cultura”.

No que respeita aos estágios curriculares do ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada, continuaremos a ser instituição de acolhimento, tendo já sido apresentada e recepcionada a nova estagiária que se manterá até Junho de 2008.

5.3. - Empresas

A relação de parceria com as empresas torna-se cada vez mais natural e necessária uma vez que estas devem desempenhar um papel social que até há algum tempo atrás parecia estar afastado.

As relações de interesse nem sempre são coincidentes, Mas, podemos ver em cada caso concreto quais e como se podem estabelecer parcerias de interesse comum.

As áreas ou frentes com projectos não financiados por entidades públicas devem constituir a nossa prioridade para estabelecer parcerias com empresas. A sustentabilidade da Confederação não deve depender exclusivamente destas parcerias mas pode ser uma parte importante dessa sustentabilidade.

Devemos apontar como objectivo de médio prazo que as parcerias com empresas, cubram as despesas correntes de funcionamento.

5.4. - Governo

Considerando o direito constitucional que nos assiste enquanto movimento cultural, recreativo, desportivo e social que somos, procuraremos sensibilizar o Governo para apoiar as nossas iniciativas e projectos.

Fá-lo-emos com elevação, determinação e confiança. Não abdicamos dos nossos direitos e, por isso, faremos tudo para demonstrar quantos somos e o que valemos. Por tudo isto, é fundamental que o estudo do associativismo seja efectuado e que tenhamos uma estratégia clara. Procuraremos dar corpo aos objectivos inscritos no nosso Programa de Acção e que apontam para o estabelecimento de parcerias com o Ministério do Trabalho e Segurança Social com vista à integração de desempregados de longa duração e de crianças/jovens até aos 18 anos no projecto "Associativismo e cidadania".

5.5. - Câmaras Municipais

As parcerias com as Câmaras Municipais serão essencialmente na base dos protocolos já propostos e relativamente aos quais esperamos respostas. Estes protocolos abarcam praticamente toda a actividade associativa e os projectos da Confederação, podendo os mesmos vir a contribuir para a sua sustentabilidade.

Os protocolos que venham a ser estabelecidos em concelhos e distritos onde existam estruturas descentralizadas, contarão com a participação destas como parceiros privilegiados.

5.6. - Juntas de Freguesia

As parcerias com as Juntas de Freguesia serão a segunda fase da campanha de parcerias/protocolos com as Câmaras Municipais. Tendo em conta o nível de aproximação que estes órgãos autárquicos têm com as colectividades, parece-nos que o contacto privilegiado deve ser com estas. Contudo, mantemos a total disponibilidade para estabelecer parcerias específicas e para actividades concretas.

5.7. - Regiões de Turismo

As parcerias com as Regiões de Turismo devem assentar essencialmente no projecto "Rotas do Associativismo". Contudo, estamos disponíveis para estabelecer outras formas de cooperação de acordo com os princípios, valores e interesses do associativismo que representamos.

[Handwritten signature]

5.8. - Movimentos de cidadãos

Considerando o elevado crescimento desta forma de organização popular e os interesses que representam quer nas áreas da saúde, da justiça, do ensino, do ambiente, dos transportes públicos, da água e de outros serviços públicos essenciais, continuaremos disponíveis para apoiar e integrar estes movimentos sempre que se inscrevam na defesa dos interesses e direitos dos nossos associados e da população em geral.

Nota final


Caros colegas dirigentes associativos

Este Plano de Actividades e Orçamento não são o fim de um percurso mas tão só o início de uma nova fase do nosso trabalho voluntário e benévolo.

O empenhamento, a iniciativa, o espírito crítico mas solidário que nos caracteriza deve estar presente em cada acto que praticamos. Não podemos deixar andar. Não podemos deixar que outros decidam e executem por nós. Esses são traços contrários ao movimento associativo.

O nosso movimento associativo foi, é e será um movimento cultural, recreativo, desportivo e social de grande importância para a melhoria das condições de vida do nosso povo. Temos a honra de dirigir este movimento. Temos o dever cívico de aproveitar esta oportunidade de contribuir para transformar a sociedade para melhor. Cabe a cada um de nós, integrado nas suas colectividades e nas suas estruturas associativas dar esse contributo.

A Direcção


CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

DIRECÇÃO
(CARGOS E TAREFAS)



Augusto Máximo Flor Presidente da Direcção	2001 - Associações Rede Internet Associativa Diploma de Competências Básicas Plano de Informatização das Colectividades Recursos Humanos e Consultoria Formação e Qualificação Relações Institucionais (PNAP/CNAP) Faculdades Filarmónicas/Música Agress Madeiras Estrangeiros
Victor Manuel Agostinho Vice-Presidente da Direcção	EQUAL - InterculturaCidade EQUAL - Digitalização do 3º Sector Legislação 3º Sector (IPSS, Mutualidades, Cooperativismo) Estruturas Nacionais do Voluntariado Distrito Lisboa
João Maria Silva Vice-Presidente da Direcção	Jogos Tradicionais Casas do Povo Distrito do Porto Distrito de Braga Distrito de Viana do Castelo
António Manuel Mayreles Vice-Presidente da Direcção	Agita Portugal, pela sua saúde mexa-se Estruturas Nacionais de Desporto Comunicação, Informação e Imagem Associativismo na Informação Autárquica Distrito de Évora Distrito de Portálgyre
Maria Helena Monteiro 1.ª Secretária da Direcção	Secretaria-Geral/Expediente Representações Museu Biblioteca Centro de Documentação Casas Regionais Distrito de Lisboa
João Manuel Lagarto 2.ª Secretário da Direcção	Estetuto de Parceria Pública Municipal Teatro de Amadores C.C.D.S. Distrito de Santarém Distrito de Leiria
Carlos Lopes Ribeiro Tesoureiro da Direcção	Gabinete de Projectos Associativos Contabilidade Tesouraria Geral Coreplano Distrito da Guarda Distrito de Castelo Branco
Jaime Salomão Vice-Tesoureiro da Direcção	Estruturação Associativa Movimento de Cidadãos Instalações e Sede Folclore/Etnografia Ateneus Distrito Setúbal
Álvoro Pinto Vogal da Direcção	Associações de Desenvolvimento Local Distrito do Porto Distrito de Vila Real Distrito de Bragança
Manuel Teixeira Pinto Vogal da Direcção	Projectos Património Associativo Classificado Parcerias Entidades Privadas Distrito do Porto Distrito de Aveiro Distrito de Viseu Distrito de Coimbra
Rodrigo Lameira Martins Vogal da Direcção	Projecto Redes do Associativismo Associações Juvenis Corre Distrito de Beja Distrito de Faro

[Handwritten signature]

Reunião com as Estruturas Descentralizadas do Distrito do Porto

Porto, 23 de Fevereiro de 2008

Resumo da reunião e conclusões

Presenças:

Mesa Congresso - Artur Martins;

Direcção - Augusto Flor, José Maria Silva, Carlos Ribeiro, Manuel Pinto

Conselho Fiscal – Juvenal Ribeiro

Conselho Nacional – António Fundevila, Américo Pinheiro, Manuel Vieira, Rui Pereira, Adriano Ribeiro, Paulo Cruz e António Bessa

Federação das Colectividades do Distrito do Porto – Luís Miguel, Manuel Baldez e Manuel Macedo

Associação das Colectividades de Vila Nova de Gaia – Fundevila Moreira e Américo Pinheiro

Associação das Colectividades do Concelho de Marco de Canaveses – Alberto Araújo

Associação das Colectividades do Concelho de Matosinhos – Manuel Almeida e Juvenal Ribeiro

Federação das Colectividades do Concelho de Gondomar – Manuel Pinto e José Gomes

O objectivo da reunião, fundamentalmente, dividia-se em dois aspectos:

1. Aferir das formas de cooperação entre as estruturas.
2. A sustentabilidade financeira da estrutura.

Relativamente à primeira questão, foi feita uma introdução onde se apontaram os principais objectivos e salientou a importância das estruturas poderem reflectir na distribuição de tarefas entre os seus membros, os projectos nacionais para que se estabeleçam contactos mais rápidos entre responsáveis nas várias estruturas. Os 15 projectos nacionais da Confederação só terão êxito se houver o envolvimento das estruturas, tanto mais que a Confederação não tem capacidade nem meios para chegar a todo o lado. Foi ainda abordada a questão da comunicação, informação e imagem, tendo-se observado que existem várias lacunas nesta área: falta de informação entre as estruturas e as colectividades, entre as várias estruturas e a Confederação, entre as estruturas e a comunicação social local, regional e nacional.

A segunda questão – sustentabilidade financeira, foi introduzida de forma a se entender a importância estatutária e de ligação às colectividades mas também de meios para o funcionamento da estrutura. Neste ponto foram demonstradas as potencialidades financeiras do sistema mas também as fragilidades. Das 762 filiadas no Distrito, 90,68% estão enquadradas em 7 Associações Concelhias a quem corresponde o recebimento de 63,29% das quotas, sendo o restante da responsabilidade directa da Federação Distrital. Quanto a verbas regulares a receber, estimam-se em 34.290,00 euros/ano. No entanto, em 31 de Dezembro de 2007, a dívida das filiadas à estrutura era de 61.617,97 euros, pelo que se torna necessário tomar medidas para regularizar a situação. A campanha de recuperação de quotas que está a

decorrer em todo o país, à excepção do Distrito do Porto e Concelho de Lisboa, está a correr muito bem, sendo um sinal de vontade das colectividades em regularizar e esclarecer situações.

Após troca de opiniões onde participaram os colegas Fundevila Moreira, Américo Pinheiro, Manuel Macedo, Luis Miguel, Manuel Pinto, Manuel Almeida, António Bessa, Manuel Baldrez, José Maria Silva, Adriano Ribeiro, Alberto Araújo e Artur Martins, Augusto Flor, sistematizou as questões abordadas, tendo-se verificado consenso nos seguintes aspectos:

1. **Cooperação**

- 1.1. Total disponibilidade da Confederação para mediar uma reunião ao nível de presidentes das estruturas para esclarecer mal entendidos que estejam a originar o isolamento das estruturas e a confusão nas filiadas, pelo que, devem ser levantados todos os embargos ou cortes de relação existentes entre as estruturas;
- 1.2. A Federação Distrital e as Associações Concelhias, vão ponderar a possibilidade de responsabilizar dirigentes pelos projectos nacionais, incluindo na área da informação e comunicação;
- 1.3. As estruturas vão organizar a sua disponibilidade de forma a melhorarem a representação própria e da Confederação sempre que sejam solicitadas;
- 1.4. Todas as acções ou iniciativas da Confederação no distrito, serão antecipadamente comunicadas às estruturas, quer sejam nos concelhos quer sejam de âmbito distrital;
- 1.5. Todas as acções e iniciativas de carácter nacional (Governo, AR, ou outras) que sejam tomadas pelas estruturas, devem ser comunicadas à Confederação;
- 1.6. Empenho das estruturas em participar nos Conselhos Nacionais, uma vez que passaram a ter assento com todas as prerrogativas (excepto o voto);
- 1.7. Foi admitido que, podendo justificar-se alterações estatutárias em próximo congresso, até lá, as estruturas devem abster-se de introduzir esta questão publicamente, de forma a defender a unidade e coesão associativa.

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

2. **Sustentabilidade financeira**

- 2.1. Conferir e actualizar as listagens de filiadas e de situação das quotas em dívida entre a Confederação e as Estruturas;
- 2.2. Disponibilidade da Confederação em fazer acerto de contas a partir de dia 25 de Fevereiro;
- 2.3. Dívidas das filiadas anteriores ao processo de confederação, devem ser liquidadas pelas filiadas, cabendo às estruturas a sua % estatutária;
- 2.4. As 7 Associações Concelhias recebem as quotas das filiadas nos seus 7 concelhos e entregam 10% à Federação Distrital e 20% à Confederação;
- 2.5. A Federação Distrital recebe as quotas das filiadas nos restantes 11 concelhos e entrega 20% à Confederação;
- 2.6. Os casos que não forem resolvidos pelas estruturas até ao dia 30 de Junho, serão contactados directamente pela Confederação.

Do conteúdo desta reunião será dado conhecimento aos Órgãos Sociais das Estruturas e da Confederação através das respectivas Direcções.

Pela Direcção da Confederação

Augusto Flor

**Comemorações do 84º Aniversário da Confederação e Dia Nacional das Colectividades
Sessão Solene dia 31 de Maio de 2008
Sede Social da Confederação**

Programa

- 14,30 - Recepção aos convidados na entrada da sede
(toda a Direcção, CF e Mesa do Congresso)
- 14,45 - Inauguração do Museu no Salão (Apresentação por Helena Monteiro)
Elaborar folheto/guião da exposição (A4 dobrado em A5)
Apresentação do Museu on-line
- 15,15 - Constituição da Mesa de Honra
Barbosa da Costa, José Carneiro, Augusto Flor, representante do Governo,
representante das autarquias.
- 15,20 - Saudação de boas vindas por Barbosa da Costa (2min)
- 15,23 - Assinatura de protocolo com a F.C.D. Lisboa (Núcleo museológico da
Confederação/cedência de espólio)
- Assinaturas de Augusto Flor e Joaquim Baltazar
- Intervenções de Helena Monteiro (2min) e Joaquim Baltazar (2min)
- 15,28 - Assinatura de Protocolo com a FENACCOOP
- Assinaturas de Augusto Flor e Fernando Parreira
- Intervenções de Jaime Salomão (2min) e Fernando Parreira (2min)
- 15,33 - Entrega de lembranças pelas colectividades presentes e saudações (10min)
- 15,44 - Anúncio e entrega de lembrança ao "Cobrador Associativo do Ano"
- Intervenção do Carlos Ribeiro (2min) e do Cobrador Associativo do Ano (2min)
- 15,49 - Anúncio e entrega do Prémio Associativismo na Informação Autárquica
- Intervenção de José Maria Silva (2min)
- Intervenção do representante da Junta seleccionada (3min)
- Intervenção do representante da Câmara seleccionada (3min)
- 16,10 - Apresentação do estudo nacional pela Lusófona (15min)
- Comentado por Artur Martins (5min)

7/11-

16,18 - Entrega de Galardões

- Jaime Quesado - entregue por Augusto Flor (3min)
- Maria João Santos – entregue por José Carneiro (3min)
- Artur Simões Martins – entregue por Barbosa da Costa (3min)

16,28 - Intervenção das entidades convidadas: (+- 32min)

- Confederação do Desporto de Portugal
- Comité Olímpico de Portugal
- Universidade Lusófona
- Instituto do Desporto de Portugal
- Grupo Parlamentar. A
- Grupo Parlamentar. B
- Grupo Parlamentar. C
- Outros/s

17,00 - Intervenções da Mesa (+- 25min)

- Augusto Flor (5min)
- Representante das Autarquias
- Representante do Governo
- Barbosa da Costa

17,30 – Beberete e corte do bolo de Aniversário



Aprovado em 21 de Abril de 2008

A Direcção Nacional

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

PROPOSTA

PRÉMIO ASSOCIATIVISMO NA INFORMAÇÃO AUTÁRQUICA

Considerando os factores de apreciação determinantes para a atribuição do Prémio Associativismo na Informação Autárquica, de acordo com as propostas apresentadas pelas colectividades e estruturas descentralizadas do MAP nos respectivos Concelhos, que se listam:

1. As propostas terão que ser subscritas por, pelo menos, 5 (cinco) colectividades;
2. A publicação, em suporte papel ou informática, tem que ser regular;
3. A publicação, em suporte papel ou informática, tem que ter qualidade;
4. A publicação, em suporte papel ou informática, tem que conter quanto mais notícias relativas a actividades de carácter associativo melhor;
5. As notícias e iniciativas publicadas devem dar tanto mais relevo e protagonismo aos dirigentes e colectividades quanto possível nomeadamente através de entrevistas ou citações dos mesmos.

Considerando que para essa atribuição, referida ao ano de 2007, a Federação das Colectividades do Concelho de Gondomar candidatou a Câmara Municipal de Gondomar e a Associação das Colectividades do Concelho do Seixal candidatou a Câmara Municipal do Seixal;

Analisados as propostas, à luz dos critérios supra referidos, constatam-se os seguintes cumprimentos ou superações:

Critério Um – A candidatura da FCCG é subscrita por 13 (treze) colectividades e a candidatura da ACCS é subscrita por 10 (dez)
CUMPRIDO

Critério Dois – A candidatura da FCCG apresenta 12 agendas Municipais de JAN a DEZ 2007 inclusive e a ACCS apresenta 6 agendas bimensais
CUMPRIDO (As agendas da CMG têm 10 fl. Formato 11X22 e as da CMS 42 fl. Formato A5) **o que as põem em pé de igualdade quanto à periodicidade/regularidade.**

Handwritten signature

Critério Três – Ambas apresentam qualidade gráfica agradável se bem que a do Seixal tenha uma melhor sistematização – **Cumprido, se bem que com alguma supremacia para a do Seixal**

Critério Quatro – Agenda Jan07 G (5 Notícias) Fev07 G (4Notícias) Agenda Jan/Fev07 S (11 Notícias + algumas citações)- Ag. Mar/Abr07 G (7+11 notícias) – Ag Mar/Abr S (30 notícias) –Ag. Mai/jun G (8+8notícias) –Ag Mai/Jun S (43 notícias +1 Feira do Associativismo) – Ag. Jul/Ago G (15+6 notícias) –Ag. S Jul/Ago (29 notícias + algumas citações) – Ag. Set/Out G (13+8 notícias) – Ag. S. Set/Out (48 notícias + citações) – Ag-G Nov/Dez (7+9 notícias) –Ag. S (21 Notícias) – **Cumprido. As Agendas da Câmara do Seixal superam, em notícias, as da sua concorrente de Gondomar ao publicarem 181 (cento e oitenta e uma) contra as 97 desta última.**

Critério Quinto - Este critério, de grande relevância, para a imagem e projecção do Movimento Associativo regional não foi expresso de forma significativa por nenhum dos órgãos autárquicos havendo no entanto a relevar conforme expresso na Agenda nº 21 da CMSeixal a iniciativa **Maré de Vida - Festa do Associativismo** realizada no último fim de semana de Maio - coincidentemente com as festas das Colectividades- e um Debate realizado, realizado pelo Orfeão de Rio Tinto, com o apoio da Federação das Colectividades do concelho de Gondomar, em 19DEZ07 subordinado ao tema “ **O ASSOCIATIVISMO, QUE FUTURO?**”

Assim tudo visto e ponderado considero que o **PRÉMIO ASSOCIATIVISMO NA INFORMAÇÃO AUTÁRTICA 2007** deverá ser atribuído à Câmara Municipal do Seixal pelo que submeto a presente proposta a apreciação e deliberação da Direcção em conformidade.

Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, Lisboa aos 19 de Maio de 2008

O vice –presidente

António Manuel da Cruz Tavares Meyrelles

Proposta de PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

Capítulo I - Preâmbulo

Artigo. 1º.

Entre a mediadora Ponto Seguro, Lda., representando a Mútua dos Pescadores, Sociedade Mútua de Seguros, primeira e única cooperativa portuguesa de utentes de seguros, e a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto é firmado, sem prejuízo de outras formas de intercâmbio, o presente protocolo de cooperação, que consiste na oferta, pela primeira e segunda outorgantes, de condições mais favoráveis nos seguros das colectividades associadas da terceira outorgante, associações concelhias, federações distritais, e da própria Confederação, bem como dos associados, trabalhadores e dirigentes de todas as entidades referidas.

Capítulo II - Condições

Artigo. 2º.

Seguros das colectividades, associações concelhias, federações distritais e Confederação

Em função da análise concreta de cada risco, e levando em atenção os princípios da técnica seguradora, a primeira e segunda outorgantes oferecerão as melhores condições de produto e de preço possíveis; sendo, no entanto, garantido, à partida, um desconto mínimo de 30 % em todos os ramos de seguros, com excepção de Saúde e Vida.

Artigo. 3º.

Seguros dos dirigentes das colectividades, das associações concelhias, das federações distritais e da Confederação

1. No Ramo Automóvel, levando em atenção a sinistralidade anterior, será aplicado um desconto máximo de 30% (40% para os veículos adquiridos através de leasing), acrescido de antecipação de bónus até 50 %, limitado ao prémio mínimo que a seguradora estipular.
2. No Ramo Acidentes Pessoais o desconto será de 50 %
3. No Ramo Multirriscos Habitação o desconto será de 30 %.

As condições abaixo descritas aplicam-se a todos os contratos subscritos e aceites pela(s) seguradora(s) – e são extensíveis aos conjugues e filhos que coabitem a cargo, no caso do Ramo Automóvel.

Artigo. 4º.

Seguros dos associados e funcionários das colectividades, das associações concelhias, das federações distritais e da Confederação

[Handwritten signature]

1. No Ramo Automóvel, levando em atenção a sinistralidade anterior, será aplicado um desconto máximo de 20% (30% para os veículos adquiridos através de leasing), acrescido de antecipação de bónus até 40 %, limitado ao prémio mínimo que a seguradora estipular.

2. No Ramo Acidentes Pessoais o desconto será de 40 %

3. No Ramo Multirriscos Habitação o desconto será de 20 %.

As condições abaixo descritas aplicam-se a todos os contratos subscritos e aceites pela(s) seguradora(s) – e são extensíveis aos conjugues e filhos que coabitem a cargo, no caso do Ramo Automóvel.

Capítulo III – Comprovativo

Artigo 5º.

O comprovativo da qualidade de associado – pessoa colectiva ou singular – e de funcionário ou dirigente das entidades referidas neste protocolo é feito mediante uma fotocópia do respectivo cartão ou, na sua falta, por declaração passada pela entidade respectiva.

Capítulo IV – Assistência

Artigo 6º.

A assistência aos seguros efectuados ao abrigo deste protocolo, nomeadamente em matéria de cobranças e de sinistros é garantida pelos técnicos da Mútua dos Pescadores e da mediadora Ponto Seguro, na rede de escritórios disponíveis em todo o País.

Capítulo V – Divulgação

Artigo 7º.

A divulgação deste protocolo será feitas pelos três outorgantes, através dos meios que dispuserem – nomeadamente o “site” da Ponto Seguro, a revista “Marés”, o “Newsletter” e o “site” da Mútua dos Pescadores, a revista “Elo Associativo”, a “Folha Informativa” e o “site” da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto - e sempre que possível, em estreita colaboração.

Capítulo VI – Validade

Artigo 8º.








Este protocolo é válido por um ano, renovando-se automaticamente, em todas as anuidades, por igual período, desde que nenhuma das partes o denuncie.






..... de de 2008

Mútua dos Pescadores

Ponto Seguro

CPCCRD

Cargos	Tarefas	Serv.
 <p>Augusto Máximo Flor Presidente da Direcção</p>	2001 Associações Rede Internet Associativa Diploma de Competências Básicas Plano de Informatização das Colectividades Formação e Qualificação / D3 + Q3 Relações Institucionais (PNAP/CNAP) Legislação Biblioteca e Centro de Documentação Faculdades Açores Madeira Estrangeiro	Artur Elvira José Carlos Eduarda Margarida Alexandra Luís Costa
 <p>Vitor Manuel Agostinho Vice-Presidente da Direcção</p>	EQUAL-InterculturaCidade 3º Sector (IPSS, Mutualidades, Cooperativismo) Estruturas Nacionais do Voluntariado Distrito de Lisboa	Helena
 <p>José Maria Silva Vice-Presidente da Direcção</p>	Jogos Tradicionais Casas do Povo Distrito do Porto Distrito de Braga Distrito de Viana do Castelo 	Helena
 <p>António Manuel Meyrelles Vice-Presidente da Direcção</p>	Agita Portugal, pela sua saúde mexa-se (IDP/FPC) Estruturas Nacionais do Desporto (COP+CPOP+CDP) Comunicação, Informação e Imagem Associativismo na Informação Autárquica CCDs Distrito de Évora Distrito de Portalegre	Elvira
 <p>Helena Monteiro 1º Secretária da Direcção</p>	Secretaria-Geral/Expediente Actas da Direcção (Dina) Museu Casas Regionais Instalações e Sede Distrito de Lisboa	Helena Cristina Fernanda
 <p>Joaquim Góis 2º Secretário da Direcção</p>	Teatro de Amadores Distrito de Santarém Distrito de Leiria Folclore e Etnografia	Elvira

Cargos	Tarefas	Serv.
 Carlos Lopes Ribeiro Tesoureiro da Direcção	Gabinete de Projectos Associativos Contabilidade Tesouraria Geral Campismo Distrito da Guarda Distrito de Castelo Branco	Dina João Milheiro António Melo
 Jaime Salomão Vice-Tesoureiro da Direcção	Estruturação Associativa Representações Recursos Humanos Movimento dos Cidadãos Bandas Filarmónicas Ateneus Distrito de Setúbal Apoio à Helena Monteiro (Actas)	Dina Luís Figueiredo
 Álvaro Pinto Vogal da Direcção	Associações de Desenvolvimento Local Distrito do Porto Distrito de Vila Real Distrito de Bragança	Helena
 Manuel Teixeira Pinto Vogal da Direcção	Projectos Património Classificado Parcerias Entidades Privadas Distrito do Porto Distrito de Aveiro Distrito de Viseu Distrito de Coimbra	Helena
 Márcio Guerra Vogal da Direcção	Projectos Rotas do Associativismo Associações Juvenis Coras Distrito de Beja Distrito de Faro	Elvira

Dirigentes	2ª Feira		3ª Feira		4ª Feira		5ª Feira		6ª Feira		Obs.
	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	
Augusto Flor											
Vitor Agostinho											
António Meyrelles											
Helena Monteiro											
Carlos Ribeiro											
Jaime Salomão											



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
 DAS COLECTIVIDADES
 DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

Apurada p/ unanimidade.

Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

(Proposta)

Assunto:

Comparticipação de despesas de deslocação para a actividade associativa regular

- Considerando que a actividade associativa regular ao nível da Direcção da Confederação, exige uma grande disponibilidade de tempo, de deslocações e de recursos financeiros próprios que cada dirigente de uma forma geral vem suportando;
- Considerando que as despesas com deslocações e estacionamento vem pesando cada vez mais na actividade associativa regular e que essas despesas podem limitar a disponibilidade dos dirigentes que se pretende cada vez mais presentes e disponíveis para a actividade associativa;
- Considerando que a actividade de dirigente associativo voluntário e benévolo deve corresponder ao princípio de não ser nem beneficiado nem prejudicado;
- Considerando a necessidade de regulamentar esta actividade e as ajudas de custo a ela inerentes para que o processo seja transparente e universal;
- Considerando as disponibilidades e limitações financeiras da Confederação;

A Direcção Executiva, reunida em reunião ordinária, delibera:

1º Os membros da Direcção Executiva que residem na grande área metropolitana de Lisboa, tem direito a receber o valor total do passe social para se deslocarem entre o seu local de residência ou de trabalho e a sede da Confederação. Esse valor será comprovado através de recibo emitido pela/s entidade/s fornecedora do titulo de transporte;

2º O pagamento das deslocações pode ser substituído por documentos de despesa de combustíveis e ou portagens de igual valor ao passe social se os dirigentes optarem por viatura própria;

3º No caso de utilização de viatura própria, o estacionamento será assumido pela Confederação desde que o mesmo seja feito na garagem com quem esta tem contrato;

4º Os restantes membros da Direcção que não residam na área metropolitana de Lisboa, tem direito a receber as deslocações dentro dos critérios já deliberados para as representações, ou seja, euros 0,35/km e as respectivas portagens;

5º Este direito não é automático ou administrativo. Não haverá lugar a processamento se não houver declaração de interesse expresso pelo próprio;

6º Qualquer situação especial que não se enquadre nesta deliberação deverá ser apreciada pela Direcção Executiva colectivamente.

Lisboa, 23 de Março de 2009

O Presidente da Direcção

Augusto Flor

FHA -

NOTA DE SERVIÇO 1/2009

(a implementar a partir da presente data)

Aquisição de Bens e Serviços

1º Qualquer aquisição de bem ou serviços até 100 €, pode ser decidido / autorizado por qualquer director com posterior ratificação dos tesoureiros, os quais darão a ordem de pagamento;

2º As aquisições com valores 101 a 500 € tem de ser presentes à reunião de Direcção que lhe aporá o visto de pagamento e serão posteriormente visadas pelos Tesoureiros;

3º As aquisições com valores superiores a 500,00 € obrigam a 2 ou 3 orçamentos apresentados à Direcção. As facturas para pagamento deverão ter os vistos do Director responsável e dos Tesoureiros;

4º As facturas referentes a projectos precisarão do visto do Gestor do mesmo e dos Tesoureiros.

Lisboa, 02 de Fevereiro de 2009

A Direcção



CPCCRD-EXPEDIENTE
 N.º 3016 / DATA 09/10/12
 CLASS. 5.3.6.5.
 DESTINO Informar todos os decisões
 DESPACHO Sócios da Confederação
 RUBRICA FFAA - 12/10/09

Exmo Senhor
 Dr. Augusto Flor
 CPCCRD

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência
CPVTEV09Data
09-10-2009

Assunto: Resultados da Etapa Portuguesa do Troféu Europeu de Voluntariado

Excelentíssimas organizações participantes,

Recebidas as vossas candidaturas, coube à Comissão Instaladora da Confederação Portuguesa do Voluntariado a difícil escolha do representante português no Troféu Europeu do Voluntariado. As candidaturas apresentadas constituem excelentes exemplos de voluntariado, com capacidade de dignificar Portugal nesta nossa primeira participação: todos os candidatos apresentam um currículo relevante e as organizações evocaram razões válidas e nobres para a apresentação da sua candidatura. Infelizmente tivemos que escolher!

Assim foi eleito, com unanimidade, o candidato apresentado pela *Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto*,

Artur José Simões Martins.

Artur José Simões Martins é voluntário há 35 anos em pequenos clubes e associações, no distrito de Santarém e no concelho do Barreiro. Do seu currículo destacamos não só a criação do Observatório do Associativismo Popular, como também o valioso contributo que deu ao nível do enquadramento teórico do voluntariado com a produção de estudos como "*Valor económico do voluntariado*" ou "*A importância das colectividades no âmbito do Terceiro Sector*".

A Comissão Instaladora da Confederação Portuguesa do Voluntariado congratula o vencedor, bem como a organização que apresentou a sua candidatura. Aproveita também para desejar a todas as outras organizações que apresentaram candidatos, a continuação do valioso contributo que este e todos os outros voluntários dão para o desenvolvimento de uma sociedade mais cívica e participada.

Obrigado a todos pela participação!

Sem outro assunto de momento,

Presidente da CICPV
 Confederação Portuguesa
 do Voluntariado
 Tel. 307 813 600
 Elgénio Fonseca

**Confederação Portuguesa das Colectividades
de Cultura, Recreio e Desporto**

Conselho Nacional

Resolução Associativa

**Campanha Nacional Associativa
do exercício do Estatuto de Parceiro Social**

A Lei 34/2003 de 22 de Agosto, veio reconhecer e atribuir ao Associativismo Popular - Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, o Estatuto de Parceiro Social. A definição do seu âmbito de representação e da entidade representativa, deveria ter sido feita pelo Governo até ao dia 22 de Dezembro de 2003. Passaram 6 anos e nenhum dos Governos se dignou cumprir a lei, não obstante as insistentes tomadas de posição da Confederação junto dos órgãos de poder - Governo, Assembleia da República e Presidente da República.

Por outro lado, a legislação que é aplicada ao Movimento Associativo, encontra-se desajustada da nossa realidade ou peca por falta de regulamentação e, de uma forma geral, não somos consultados, quando esta é produzida. Não obstante estes procedimentos por parte do Estado, a Confederação, numa atitude positiva e construtiva, após uma ampla auscultação interna, apresentou um conjunto de Propostas de Projectos-lei a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

A Confederação, ciente das suas responsabilidades, considera estarem praticamente esgotadas as vias institucionais, assentes no princípio do pedido de audiências, pelo que considera fundamental evoluir para novas posições.

Nesse sentido, o Conselho Nacional, reunido em Lisboa, delibera:

1. Manifestar o seu mais veemente repúdio pela forma como os órgãos de poder político central têm tratado o Associativismo Popular, não cumprindo com a Lei e provocando atrasos e danos irreparáveis a este importante movimento social;
2. Desenvolver uma Campanha Nacional de recolha de assinaturas a enviar ao Senhor Primeiro-ministro, exigindo a definição da Lei 34/2003 de 22 de Agosto, consagrando o direito de facto da Confederação Portuguesa das Colectividades ter assento no CES - Conselho Económico e Social; CND - Conselho Nacional do Desporto; CNPV - Conselho Nacional de Promoção do Voluntariado;



LIVRO DE
REGISTOS
E
ACTAS
DE
REUNIOES
DE
COMISSOES



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

Tríénio 2007 / 2010